

**Crédito, preferência pela liquidez e desenvolvimento regional:
o papel dos bancos públicos e privados no sistema financeiro brasileiro
(2001 – 2006)**

**João Prates Romero¹
Frederico G. Jayme Jr.²**

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a forma de atuação de bancos públicos e privados, enfocando principalmente sua capacidade de motivar o crédito, e assim impulsionar o desenvolvimento regional. Foram estudados dados referentes ao balancete de 21 bancos em atuação no Brasil, subdivididos entre bancos privados nacionais, privados internacionais, públicos federais, e públicos estaduais. Testes empíricos demonstraram que a preferência pela liquidez dos bancos influencia no montante total de crédito disponibilizado, sendo a preferência pela liquidez dos bancos públicos federais aquela com maior impacto. Verificou-se a forte concentração financeira no país, sendo os bancos públicos federais e privados nacionais os que disponibilizam maior crédito. Ressalta-se a necessidade de incentivar a elevação do crédito dos bancos nas regiões mais atrasadas. Ao verificar a influência da preferência pela liquidez dos bancos públicos federais sobre o crédito disponibilizado pelos demais bancos, demonstrou-se seu potencial em liderar o processo de desenvolvimento regional e impulsionar o crédito dos demais.

Palavras-Chave: crédito, desenvolvimento, moeda, incerteza, sistema financeiro.

Subject: This work aims at analyzing the form that public and private banks act, focusing their capacity to motivate credit and push the regional development. It was studied the data from the balance sheets of 21 banks acting in Brazil, which were divided among private national banks, private international banks, public federal banks, and public state banks. Empirical tests has shown that banks' liquidity preference has influence over the total amount of credit, and that public federal banks those responsible for the highest impact. It was verified a strong financial concentration in the country, being the public federal and private national banks the ones that provide most of the credit. It is highlighted also the need for raising private banks' credit in the least developed regions. Verifying the influence of public federal banks' liquidity preference over other banks' credit had shown their potential in leading the development process and push other banks' credit.

Key-words: credit, development, money, uncertainty, financial system.

Área 5

Dinheiro, Finanças Internacionais e Crescimento.

5.1 Economia Monetária e Financeira

Sessões Ordinárias

¹ Mestrando em Economia no CEDEPLAR/UFMG.

² Professor do Departamento de Economia da UFMG e do CEDEPLAR/UFMG. Gostaria também de agradecer ao financiamento do CNPq.

1. Introdução

A maioria das reformas financeiras implementadas no Brasil a partir de 1990 visava solucionar problemas de solvência enfrentados por alguns bancos nacionais, sobretudo os públicos e privados estaduais. Esperava-se com isso fortalecer o sistema financeiro brasileiro (SFB) e aumentar a eficiência dos bancos na geração de crédito. Com as mudanças procurava-se, ainda, aprimorar o controle monetário e restringir o aumento da dívida pública como parte do projeto de ajuste fiscal no bojo do Plano Real.

Os trabalhos tradicionais, por partirem do pressuposto da neutralidade da moeda, muitas vezes deixam de lado o estudo e análise do funcionamento do sistema financeiro. Dow e Rodrigues-Fuentes (1997), por outro lado, argumentam que a não neutralidade da moeda apresenta-se tanto nacional como regionalmente, tendo por isso papel importante no processo de desenvolvimento das regiões mais atrasadas.

No plano macroeconômico, por outro lado, muito se tem discutido sobre como escapar das amarras impostas pelo controle da inflação pela manutenção de juros elevados e voltar a acelerar o crescimento do Brasil. Esse modelo macroeconômico tem impacto tanto sobre a configuração do sistema financeiro, como sobre a forma de atuação dos bancos, influenciando inclusive o modo de inserção regional dos mesmos. Segundo Carvalho (2005, p.339), “na ausência de pressão para aumentar a oferta de créditos privados, o sistema bancário não apenas racionaliza sua oferta de créditos, como, pela mesma razão, mantém *spreads* muito elevados. A ampla disponibilidade de títulos públicos é capaz de satisfazer a busca de lucros por parte dos bancos. Ofertar crédito é apenas uma atividade complementar”.

Se levada em conta a não neutralidade da moeda, variáveis monetárias podem sim contribuir para a ampliação ou reversão do hiato de desenvolvimento entre as regiões de um determinado país. Segundo os pós-keynesianos a moeda é endógena ao sistema econômico, introduzida em seu circuito através do crédito disponibilizado pelos bancos, sendo, portanto, de crucial importância. Apesar da relevância da demanda por crédito, os bancos ocupam um papel central na determinação dos níveis de investimento e renda, se também considerados como não neutros e sim como poderosos agentes econômicos. O que se supõe é que bancos públicos e privados apresentam diferentes características quanto ao modo de atuação, decisões de alocação de recursos, e localização de agências.

O objetivo deste trabalho é analisar a forma de atuação de bancos públicos e privados, enfocando principalmente sua capacidade de motivar o crédito, e assim impulsionar o desenvolvimento regional. São aqui estudados quatro diferentes tipos de bancos, agrupados segundo suas semelhanças quanto à base de capital: privados nacionais, privados internacionais, públicos federais, e públicos estaduais.

Espera-se que a discussão aqui introduzida acentue o debate sobre a funcionalidade do SFB, em busca de motivar a criação de crédito e o desenvolvimento, e inibir o vazamento de recursos das regiões mais atrasadas.

Para alcançar esses objetivos, o presente trabalho encontra-se dividido em cinco sessões além desta introdução. O segundo item apresenta resumidamente o referencial teórico que orienta a discussão, bem como um breve histórico do sistema financeiro brasileiro, procurando assim contextualizar a análise. A terceira parte se incumbe de analisar a oferta de crédito no Brasil para que, na seguinte, sejam desenvolvidos testes empíricos e suas conclusões. A última parte são as conclusões finais, ressaltando que em regiões periféricas há maior preferência pela liquidez e menor oferta de crédito, como ressalta a teoria.

2. Moeda, Incerteza e o Sistema Financeiro no Brasil

2.1. A importância da moeda na economia e seu impacto regional

A economia tradicional opera fundamentalmente com a neutralidade da moeda no longo prazo. Ainda que com maior ou menor sofisticação, o fato é que teoricamente o papel da moeda é secundário no longo prazo. Na literatura em economia regional, a moeda tampouco partilha de algum destaque. Teóricos de formação monetarista inicialmente buscaram reproduzir em âmbito regional modelos macroeconômicos estudados a nível nacional, o que permite, quando muito, avaliar os impactos da moeda no curto prazo. Segundo ressaltam Richardson (1973) e Rodrigues-Fuentes (1998), três fatores principais servem de base para esses estudos, quais sejam: o fato da ortodoxia considerar neutra a moeda no longo prazo, não impactando a economia real em nível regional; a inexistência de instrumentos de política monetária regionais; e o fato das economias regionais serem quase completamente abertas. Nesse caso, como também verificado em estudos com outras orientações teóricas, os fluxos monetários regionais são resultado das disparidades entre as regiões, e não como a causa dessas disparidades.

Ao considerar neutra a moeda, a corrente principal em economia assume também que renda e emprego são determinados somente por variáveis reais. Os bancos, por sua vez, se comportariam como meros intermediários financeiros que facilitam o contato entre poupadores e investidores, e não influenciam os resultados econômicos reais. Portanto, o único modo do sistema financeiro exercer influência sobre variáveis reais seria negativamente, afastando o sistema econômico da melhor alocação/intermediação de recursos através de falhas de mercado, informação imperfeita ou assimétrica, e/ou custos de transação.

Contudo, se focado o referencial teórico pós-keynesiano, tanto a moeda como a atuação e decisão alocativa dos bancos são consideradas como *não* neutras, de forma que moeda e bancos se tornam parte fundamental do processo econômico. A moeda entra no sistema econômico através do

crédito fornecido pelos bancos, sendo a oferta de moeda apenas parcialmente controlada pelo governo, o que confere aos bancos um forte peso em sua determinação. Dow e Rodríguez-Fuentes (2006, p.44), ao comentarem os estudos de Beare (1976), argumentam que “esse autor conclui que seu modelo confirma a importância da moeda nacional na determinação da renda regional em que o impacto diferencial regional se explica pelas diferenças de renda ou elasticidade da demanda de riqueza para o produto regional. (...) Isto é, a moeda parece afetar a renda regional real durante um período de quinze anos, constatação que, de fato, desafia o ponto de vista monetarista de que a moeda é neutra no longo prazo”.

A incerteza é de crucial importância quando adotada uma análise de cunho pós-keynesiano. Segundo o próprio Keynes (1982), as expectativas dos agentes refletem o grau de incerteza presente no ambiente econômico. Quanto mais elevada a incerteza, menor a expectativa dos agentes quanto à realização dos lucros, sendo menor sua motivação para investir, preferindo eles reter ativos mais líquidos como forma de se precaver, gerando uma maior preferência pela liquidez.. Analogamente, se trazermos para o foco de análise uma economia mais dinâmica onde a atividade econômica apresenta menor incerteza, então menor será a preferência pela liquidez dos agentes. Devido ao maior otimismo partilhado pelos mesmos no que diz respeito aos ganhos futuros, são impulsionados então o investimento e a demanda, acelerando então o processo de crescimento.

O crédito é extremamente relevante nesse processo, e para se perceber seus determinantes, são estudados tanto a oferta como a demanda por crédito, consideradas interdependentes e estreitamente relacionadas à preferência pela liquidez. Pelo lado da oferta de crédito, caso bancos tenham elevada preferência pela liquidez, fruto da incerteza elevada que gera expectativas pessimistas sobre a economia (regional ou nacional), a oferta de crédito se encontrará restringida. Pelo lado da demanda, a preferência pela liquidez influencia a decisão de portfólio do público, assim que quanto maior for essa preferência, menor será a demanda por crédito. Além de representar uma demanda por crédito mais restrita, elevada preferência pela liquidez por parte do público acaba acarretando também em alocação de recursos num portfólio de mais curto prazo, de forma que, com o intuito de ajustar seu passivo e ativo, os bancos acabam também reduzindo o prazo do crédito concedido. Os impactos de um quadro como esse são sentidos principalmente no setor inovador do sistema econômico, que necessita de crédito com prazo mais alongado. No que diz respeito ao desenvolvimento do país, tal restrição representa um forte empecilho.

Valendo-se de tal referencial teórico, Dow (1982 e 1987) desenvolveu modelos onde os diferentes padrões de desenvolvimento regional refletem, não somente do lado real da economia, mas também das características e modo de funcionamento do sistema financeiro. Mesmo possuindo base monetária igual, expectativas mais otimistas dos agentes sobre os preços de ativos acabariam por gerar multiplicadores monetários mais elevados, o que torna os mercados dessas regiões mais

líquidos, produzindo mais elevado grau de desenvolvimento financeiro e melhores resultados comerciais.

Essa discussão torna extremamente relevante estudar como se dão as relações e interações entre regiões mais e menos desenvolvidas. O modo como essas relações vêm sendo trabalhadas é através de uma abordagem que diferencia as dinâmicas econômicas do centro e da periferia. A região central apresenta maior prosperidade, com mercados organizados e dinâmicos, além de um sistema financeiro sofisticado. A região periférica, por outro lado, é estagnada, com mercados frágeis e fortemente dependentes da região central, principalmente por ser um exportador para esta última, e apresentando ainda sistema financeiro menos sofisticado. Como já referido, o maior risco de *default*, a mudança da eficiência marginal do investimento (reflexo das maiores taxas de juros e menor disponibilidade de crédito), e a maior incerteza do público quanto à obtenção de renda, fazem com que a periferia tenha mais elevada preferência pela liquidez. Analogamente, devido à menor incerteza e volatilidade econômicas, a região central mostra características inversas, quais sejam: baixa preferência pela liquidez (e por isso maior dinamismo); maior liquidez dos ativos; mais elevado multiplicador bancário. Além disso, utilizando da teoria da *causação circular cumulativa* de Gunar Myrdal (1957), Dow (1987) argumenta ainda que um dos setores da economia do centro que se vale de economias de escala e aglomeração é justamente o setor financeiro.

Quanto à estrutura produtiva, o centro é historicamente marcado pela presença de capital industrial e comércio, além de centro financeiro. À periferia são atribuídas atividades relacionadas ao setor primário e/ou de manufaturas pouco tecnológicas. Sua economia se encontra fortemente ligada às exportações feitas para o centro, sendo por isso mesmo mais vulnerável a oscilações de demanda do centro, o que realça sua dependência. A periferia sofre ainda *spread effects* do centro no que diz respeito às decisões empresariais quanto às filiais e à difusão de tecnologia e de mão-de-obra qualificada.

Regiões com elevada preferência pela liquidez e baixo acesso bancário, portanto, sofrem geralmente restrições de crédito por parte do sistema bancário, o que praticamente impossibilita seu desenvolvimento, gerando um ciclo vicioso de concentração. Mostra-se de extrema relevância o estudo do modo de atuação dos diferentes tipos de bancos presentes no Brasil, dentro do conjunto de regras e normas que regem o sistema financeiro brasileiro (SFB) na atualidade, como forma de tentar inferir mudanças que possibilitem conferir maior funcionalidade ao mesmo no que se refere à motivação do desenvolvimento nacional, mas sobretudo das regiões atrasadas.

2.2 Crédito e desenvolvimento

Marx (2003) considera o crédito um importante mecanismo no processo de crescimento, uma vez que flexibiliza a acumulação de capital, facilitando o que o autor chamou de “reprodução

ampliada”. Já Schumpeter (1982), clássico da literatura sobre desenvolvimento econômico, considera o crédito indispensável para o rompimento da inércia do processo de reprodução simples, chamada por ele de “fluxo circular”. Para o autor, o banqueiro “se coloca entre os que desejam formar combinações novas e os possuidores de meios produtivos. Ele é essencialmente um fenômeno do desenvolvimento, embora apenas quando nenhuma autoridade central dirige o processo social. Ele torna possível a realização de novas combinações, autoriza as pessoas, por assim dizer, em nome da sociedade, a formá-las. É o éforo da economia de trocas” (SCHUMPETER, 1982, p. 53).

Celso Furtado (1983) considera a atividade inovativa e a acumulação de capital como interligadas, posto que a inovação é quase sempre fruto da busca das empresas por aplicação de recursos acumulados. Por necessitar de investimentos em pessoal especializado, modernos laboratórios de P&D, entre outros gastos, a criação de inovações tecnológicas põe em destaque o papel da acumulação de capital. Assim, “Uma teoria do desenvolvimento deve ter por base uma explicação do processo de acumulação de capital. A teoria das inovações é de enorme importância, mas conduz a equívoco pretender formulá-la independente da teoria da acumulação de capital” (FURTADO, 1983, p. 47).

É possível destacar, portanto, pelo menos três aspectos básicos pelos quais o crédito e o sistema financeiro desempenham um papel central para o desenvolvimento: (i) propulsão do investimento e acumulação de capital; (ii) financiamento da atividade inovativa; (iii) redução da concentração de recursos e rompimento da dinâmica centro-periferia.

Além do mais, ao impulsionar o crescimento da periferia e a reversão do vazamento dos fluxos financeiros rumo à região central, o crédito promove redução da chamada “polarização modernização-marginalização” (ALBUQUERQUE, 2005), que reflete a paradoxal concentração de renda no centro e marginalização da periferia. Com a redução da concentração de recursos financeiros no centro e expansão do crédito na periferia, não só impulsiona-se o crescimento dessa região, como também a redução da distribuição de renda em nível regional. A amplitude com que se dá esse processo será função da preferência pela liquidez, mas sendo influenciado também pelas regras e a configuração do sistema financeiro.

O crédito é de central importância para o desenvolvimento econômico, não só por seu impacto direto na acumulação de capital e seus reflexos sobre a distribuição de renda e a atividade inovadora. Possui também grande importância na formação de expectativas, de forma que, se bem empregado e se garantidos os bons resultados dos investimentos, ele produz um aumento do otimismo na economia. Esse componente *expectacional* relacionado ao otimismo dos agentes foi chamado por Keynes (1982) de *animal spirits*. Esse termo, definido pelo autor como o “instinto espontâneo de agir ao invés de não fazer nada” (KEYNES, 1982, p.133), trata da disposição dos

agentes em enfrentar a incerteza. Quando essa disposição é *fraca*, então eles tenderão a *adiar* os investimentos como forma de se precaver no caso de algum evento negativo inesperado. Já quando essa disposição é forte, os mesmos estarão mais propensos a comprometer seus recursos e aumentar o investimento. O ponto chave, portanto, é proporcionar o fortalecimento do *animal spirits* dos agentes, criando um ciclo virtuoso de crescimento. A disponibilização do crédito, e o posterior sucesso dos investimentos dele advindos, são os pontos de partida para tal processo.

Porém, para evitar os efeitos negativos da polarização financeira, é primordial conhecer e entender a estruturação do SFB e a evolução histórica que moldou sua configuração atual.

2. 3. O Sistema Financeiro Brasileiro nas décadas de 1980 e 1990

No início da década de 1980 choques consecutivos de capital, de oferta, de demanda e de juros resultaram numa grande diminuição da liquidez internacional, o que acabou por acarretar num aumento da inflação no Brasil, aumento da dívida externa e deterioração das contas fiscais do governo brasileiro.

Diante desse cenário, ficaram escassas as fontes de recursos para financiamento que operavam até então: o setor público e o capital externo. Simultaneamente, a própria demanda por financiamento também diminuiu, devido à maior incerteza. Esses fatores caracterizam o período de baixo crescimento e alta inflação que marcou os anos 1980. As instituições financeiras por sua vez, não sofreram tanto com esse período e foram capazes de continuar obtendo lucros. Historicamente, o SFB é uma herança das décadas de alta inflação e, sendo assim, se tornou habilitado a tirar proveito desse cenário. No caso brasileiro, a indexação, por meio da ORTN, permitiu à moeda doméstica, apesar de não mais valer como unidade de medida, continuar servindo normalmente como meio de pagamento. Ao contrario de outros países que enfrentaram situação parecida, os recursos dos brasileiros foram mantidos nos bancos, que por sua vez não perderam os depósitos à vista, que caracterizam o principal item do seu passivo. Segundo Carvalho (2005, p.333), “esse arranjo não apenas permitiu a sobrevivência do sistema bancário domestico sob alta inflação como acabou mesmo por abrir-lhe novas oportunidades de lucro”, como as operações de *floating*.

Uma vez que a inflação incentivava uma aceleração da circulação da moeda, verificou-se então um ganho de agilidade na realização de pagamentos e movimentação de recursos, posto que tanto maior sua velocidade, menor a perda gerada pela inflação. As instituições financeiras brasileiras foram também beneficiadas pelo financiamento do setor público. A política monetária vigente era focada em emissão de títulos públicos de curta maturação e altas taxas de juros. Conjuntamente, o Banco Central passou a garantir a recompra de títulos do governo em caso de déficit de reserva, isentando o investimento em títulos públicos de qualquer risco. Os bancos tinham assim aplicações de curto prazo, risco praticamente nulo, e alto retorno.

Dessa forma o SFB firmou-se como sólido e competitivo, o que seria confirmado durante a década de 1990. No entanto, apesar de apresentar alta eficiência no que diz respeito à agilidade dos sistemas de pagamentos, continuou ineficiente na alocação de recursos para investimentos e incentivo à atividade produtiva, mesmo com as constantes tentativas de melhora nesse quadro. Esse fenômeno caracteriza o que Carvalho (2005) chama de “Paradoxo Brasileiro”.

A década de 1990 se inicia marcada por um momento favorável no contexto macroeconômico internacional. Nacionalmente, o Plano Real de 1994 finalmente promoveu uma estabilização monetária de sucesso, o que causou uma retomada no crescimento econômico num momento imediatamente posterior, motivado pelo crescimento das atividades de crédito e, simultaneamente, diminuição das operações de títulos. No entanto, com o fim da inflação o SFB presenciou a perda de importante fonte de receita proveniente das transferências inflacionárias, sendo que o ganho dos bancos com o *floating* caiu de 4,2% do PIB em 1993, o que equivalia a 35% da produção do setor financeiro, a zero em 1995 (IBGE, 1997; apud CARVALHO, 2005). Nos primeiros meses, buscando compensar essas perdas, os bancos promoveram o aumento das operações de crédito. A maior oferta de crédito é justificada pela crença vigente na época que a baixa inflação permitiria que o setor público equilibrasse o seu orçamento, precisando de menos financiamento e provocando um estreitamento do mercado da dívida pública, do qual os bancos eram dependentes.

Com o aumento da oferta de crédito, a suposta inexperiência dos bancos nesse tipo de atividade e a falta de recursos técnicos adequados para avaliar os riscos, resultou em elevado índice de inadimplência, agravado pelos reflexos da Crise Mexicana de 1995. Observou-se assim a incapacidade de alguns agentes do SFB em operar lucrativamente em um cenário de baixa inflação. Além dos bancos que não conseguiram se adaptar ao novo contexto, muitos outros já se encontravam em situação crítica no momento de estabilização. Os bancos estaduais, principalmente, por terem atuado como grandes financiadores dos governos estaduais durante um longo período, mostravam-se extremamente problemáticos.

Foram necessárias, então, novas reformas de fortalecimento e reestruturação do SFB, que visassem eliminar os agentes menos capacitados e eficientes. Dessa forma, em 1995 foram criados o PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional – e o PROES – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – para assistir e financiar os processos de fusões e aquisições, bem como a reorganização das instituições financeiras envolvidas. Foi promovida principalmente a aquisição de bancos ameaçados de quebra por bancos que se mostraram mais sólidos. Por meio deste programa foi realizado um aumento da concentração financeira nacional, simultaneamente acompanhado por uma expressiva queda do

número de instituições financeiras públicas, que estavam entre as maiores financiadoras da atividade produtiva.

Adicionalmente, outras medidas atuaram no sentido de fortalecer o SFB, como o estabelecimento de um limite mais alto de capital para a constituição de novos bancos, restringindo a formação de novas instituições, e a criação de incentivos para a fusão, incorporação e transferência de controle acionário. Também a partir de 1995 iniciou-se um movimento de abertura do SFB para a entrada e instituições financeiras estrangeiras. O argumento a favor dessa medida era que a competição externa estimularia um aumento de eficiência dos bancos e a concorrência elevaria e baratearia as operações de crédito, reforçando ainda a estabilidade do SFB. No entanto, os resultados da entrada de bancos multinacionais mostraram-se ambíguos. De fato houve um fortalecimento do sistema, ainda que outros resultados sejam discutíveis. O sistema bancário nacional acabou se mostrando apto à nova competição estrangeira no mercado, enquanto estes últimos, por sua vez, adaptaram-se à conjuntura macroeconômica doméstica, mantendo as práticas vigentes, em vez de agir como incentivo a um aumento da disponibilização de crédito, como se acreditava.

Por outro lado, a inadimplência manteve-se concentrada nos bancos públicos, que atuam em áreas de mercado mais arriscadas, não cobertas pelos bancos multinacionais (exemplo do crédito agrícola). Sobretudo no período de aumento do crédito pós-Real, verificou-se um menor aumento da inadimplência nos bancos internacionais. Na verdade, como argumentam Mathieson e Roldos (2001), as instituições estrangeiras exercem o chamado *cherry picking*, ou seja, atraem os melhores clientes. Dessa forma foi garantida maior estabilidade para esses bancos que para os bancos públicos, que acabam prejudicados. Em relação ao *spread* bancário, foi largamente defendido que a entrada de maior competição contribuiria para a sua queda. O que foi constatado, porém, foi um aumento desse *spread*.

É possível ainda ser interpretado que outro objetivo fundamental das mudanças implementadas pós 1994, que era o maior fortalecimento SFB frente a crises, foi de certa forma logrado. Estas mudanças, porém, não foram suficientes para que ocorresse um aumento sustentado no financiamento da atividade produtiva, como se acreditava. Apesar de ocorrido um aumento nos primeiros meses pós Plano Real, como já mencionado, a Crise Mexicana e seus efeitos em outras economias emergentes, como o Brasil, deixou claro que suas economias ainda eram frágeis economicamente.

Em vista deste cenário o governo F. H. Cardoso optou por manter uma política de juros altos visando evitar a fuga de capitais. A dívida pública, que era antes alimentada pela alta inflação pré Real, passou então a resistir devido aos juros elevados que causaram instabilidade no balanço de pagamentos. Dessa forma foi garantida aos bancos a continuidade dessa modalidade de aplicação

financeiras, mais rentáveis e seguras que a oferta de crédito. Conforme argumenta Carvalho (2005, p.336), “A armadilha que se criou, com a manutenção de uma política de juros elevados para evitar a saída de capitais em um cenário de prematura e irresponsável liberalização dos movimentos internacionais de capitais, prolongou até os nossos dias o desequilíbrio fiscal que alimenta a dívida pública e sustenta a rentabilidade dos bancos que nela aplicam seus recursos”. Nesse contexto, o principal meio de propulsão do crédito se apresenta na redução da taxa de juros real, que modificaria a estrutura de incentivos do sistema financeiro brasileiro. A redução levaria ao barateamento do crédito e incentivaria a mudança do modo de atuação dos bancos, que buscando manter seu nível de rentabilidade procurariam compensar essa queda com o aumento do crédito.

Contudo, apesar da queda da taxa de juros básica no Brasil a partir de julho de 2005³, o que se verificou entre 2001 e 2006 foi a manutenção da taxa de juros real histórica em torno do mínimo de 9% (BRESSER-PEREIRA, 2005). Além disso, é fácil perceber que, mesmo no caso de uma queda nos juros reais, nada indica que isso levaria a uma reversão do padrão concentrador de recursos atualmente demonstrado pelo sistema financeiro brasileiro. É no intuito de analisar possíveis meios de reverter esse processo concentrador e motivar o desenvolvimento nas regiões mais carentes que esclarecer o papel dos diferentes tipos de bancos dentro do SFB se torna ponto fundamental.

3. Análise do crédito no Brasil

Os dados utilizados nesse trabalho foram disponibilizados pelo Banco Central do Brasil⁴ (BACEN) em suas Informações Financeiras Trimestrais. As informações são obtidas por instituição financeiras, referentes ao passivo e ativo dos balancetes dos bancos, respectivamente: depósitos a vista e a prazo; e crédito. A periodicidade dos dados é trimestral, e o período aqui analisado vai do primeiro trimestre de 2001 ao último de 2006, sendo os dados subdivididos entre as macro-regiões brasileiras. Ainda que essa divisão entre macro-regiões não seja a mais adequada, ela é tomada como base no intuito de traçar uma análise regional do crédito e dos fluxos financeiros internamente ao Brasil, uma vez que os dados são disponibilizados nesse formato.

Ao estudar o padrão europeu de sistema financeiro, Chick (2006) verifica a atuação predominante de três tipos de bancos: bancos internacionais; grandes bancos nacionais; e bancos de nível local/regional. Os dados aqui apresentados são referentes a 21 instituições financeiras em atuação no Brasil, procurando traçar um paralelo com a tipificação proposta pela autora, de forma a avaliar se existe diferença no modo de atuação dos diferentes tipos de banco. Para o Brasil,

³ Segundo dados do Ipea, o movimento dos juros foi de aumento a partir de 2001, com queda entre meados de 2003 e 2004, apresentando então nova subida entre 2004 e 2005, voltando a cair a partir de julho de 2005.

segundo o histórico do SFB, foi pensada uma divisão em quatro tipos de bancos: bancos públicos federais; bancos públicos estaduais; bancos privados nacionais; e bancos privados internacionais. O primeiro passo da coleta de informações foi a obtenção de dados referentes aos 10 maiores bancos privados segundo classificação disponibilizada pelo BACEN para 2006. A incorporação do Unibanco pelo Itaú, do ABN Amro pelo Santander, bem como da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil alterou esta conformação em 2008, mudando a posição do Banco do Brasil, que deixou de ser o primeiro em Ativos, bem como de alguns outros bancos, conforme a Tabela 1.

Tabela 1

Comparação dos 15 maiores bancos em atuação no Brasil em 2006 e 2008

Instituições		Ativo total		Lucro líquido		Depósito total		Nº de agências	
2006	2008	2006	2008	2006	2008	2006	2008	2006	2008
BB	ITAÚ	264634926	631.326.674	2342669	3.683.646	139194563	222.637.246	4027	3.718
CEF	BB	189374478	507.348.206	699579	4.811.294	110617164	271.121.700	2351	4.390
BRADESCO	BRADESCO	172596186	397.343.348	1533003	3.533.530	74560501	166.655.842	3006	3.370
ITAÚ	SANTANDER	157231214	344.681.912	2018099	781.597	52456756	124.619.433	2332	2.279
SANTANDER	CEF	100007988	295.920.330	461660	1.340.274	29476321	165.527.803	1032	2.069
UNIBANCO	HSBC	87662162	112.100.299	532857	585.256	38341897	65.391.320	940	931
ABN AMRO	VOTORANTIM	80394134	75.079.292	253744	246.965	49400668	20.161.139	1089	17
SAFRA	SAFRA	52145601	66.532.014	149896	398.187	10318892	14.716.506	99	125
HSBC	NOSSA CAIXA	53100260	54.280.616	167216	120.788	30079235	37.222.738	930	563
VOTORANTIM	CITIBANK	48462799	40.481.542	231597	133.031	21684436	8.404.115	6	127
NOSSA CAIXA	BNP PARIBAS	34764435	27.984.835	174761	192.866	24533471	4.567.754	512	4
CITIBANK	BANRISUL	26829055	25.375.889	81032	282.694	5257204	14.425.764	64	427
BANKBOSTON	CREDIT SUISSE	23041698	23.327.433	-68099	173.118	4968516	3.449.416	70	2
BANRISUL	UBS PACTUAL	13825228	19.388.542	94547	270.933	9113839	3.263.787	406	6
BNB	DEUTSCHE	12435439	17.376.797	46851	404.191	2526087	3.219.400	181	2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Bancen - Resumo do Total 50 Maiores Bancos (Consolidado Bancário I)

OBS: Entre 2006 e 2008 verificaram-se as seguintes grandes fusões ou aquisições:

Santander e ABN AMRO; BB e Nossacaixa; e Itaú e Unibanco.

Em seguida foi complementada a base de dados com as informações referentes aos bancos públicos ainda em atuação no período: públicos federais e estaduais. É importante lembrar que nesse trabalho foram apenas analisadas instituições financeiras bancárias captadoras de depósitos, o que exclui bancos públicos de fomento e desenvolvimento, como BNDES, BDMG, entre outros, e que são responsáveis por considerável montante de crédito no país, sobretudo no que se refere ao crédito de longo prazo. Vide Tabela 2 abaixo.

Tabela 2

Tipos de bancos

Públicos Federais	Públicos Estaduais	Privados Nacionais	Privados Internacionais
Banco do Brasil S.A. Caixa Econômica Federal	Banco do Estado de Santa Catarina S.A. BRB - Banco de Brasília S.A.	Bradesco S.A. Itaú S.A.	Santander S.A. ABN Amro Real S.A.
Banco Nossa Caixa S.A.	Banco do Estado do Pará S.A.	Unibanco S.A.	HSBC Bank Brasil S.A.
Banco da Amazônia S.A.	Banco do Estado de Sergipe S.A. BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo	Safra S.A.	Citibank S.A.
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	Votorantin S.A.	Bank Boston S.A.

Fonte: Elaboração própria a partir do Sisbacen

⁴ Site www.bacen.gov.br: Sistema Financeiro; Informações Cadastrais e Contábeis; Informações Financeiras Trimestrais: <http://www3.bcb.gov.br/iftimagem/>.

Seguindo então a metodologia proposta por Crocco (2005) foram calculados índices que buscam refletir da melhor forma possível, separadamente, a preferência pela liquidez do público (PLP) e a preferência pela liquidez dos bancos (PLB). Dessa forma busca-se abordar respectivamente tanto a demanda quanto a oferta regional de crédito.

Dentre as contas disponíveis, “operações de crédito” reflete a parte do ativo dos bancos que possui menor liquidez, enquanto “depósitos à vista” e “depósitos a prazo”, que pertencem ao passivo, possibilitam analisar as escolhas de portfólio do público.

No cálculo da PLP os Depósitos totais representam a total disponibilidade de recursos dos agentes, enquanto os Depósito à vista representam a sua preferência por ativos de maior liquidez. Assim, quanto maiores os depósitos à vista em relação ao total de depósitos, maior será a preferência pela liquidez do público. Nesse índice estariam indiretamente retratados o grau de incerteza da economia da região analisada, já que um cenário econômico pouco confiável levaria os agentes a optarem por ativos mais líquidos.

$$PLP = \frac{\text{Depósitos à vista}}{\text{Depósitos Totais}}$$

No cálculo da PLB os Depósitos à vista representam os recursos mais líquidos de que os bancos dispõem, enquanto o Crédito representara sua alocação de recursos de menor liquidez, ou seja, sua disposição em liberar empréstimos. Quanto menor for o crédito em vista dos seus recursos disponíveis, maior será sua preferência pela liquidez. O ponto é tentar inferir como o sistema bancário aloca seus recursos entre ativos de maior ou menor liquidez levando em conta as características da região em que se encontra, e seus recursos disponíveis. O que se espera é que em regiões com maior incerteza econômica o nível de empréstimos será menor devido à maior preferência pela liquidez dos bancos frente à essa incerteza. O nível de desenvolvimento e de inovações será igualmente baixo devido à maior incerteza e ao menor otimismo dos investidores.

$$PLB = \frac{\text{Depósitos à vista}}{\text{Operações de Crédito}}$$

Ambos os índices calculados serão usados no modelo econométrico desenvolvido a seguir, buscando assim corroborar as hipóteses teóricas apresentadas durante o trabalho. Os valores calculados confirmam a explicação teórica já referida, conforme demonstra a tabela 3.

Observa-se que os índices de todos os bancos apresentam valores menores para as regiões mais desenvolvidas – Sul e Sudeste – e maiores para as regiões mais atrasadas – Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Os bancos privados, contudo, apresentam índices mais baixos para o Centro-Oeste, possivelmente devido ao financiamento da indústria agrícola que se expande na região.

Tabela 3
Preferência pela liquidez dos bancos (2006)

Região	PLBpubFED	PLBpubEST	PLBprivINT	PLBprivNAC
Centro-Oeste	0,33	0,45	0,20	0,16
Nordeste	0,36	0,81	0,35	0,25
Norte	0,39	1,93	0,35	0,31
Sudeste	0,27	0,40	0,28	0,17
Sul	0,21	0,27	0,17	0,14

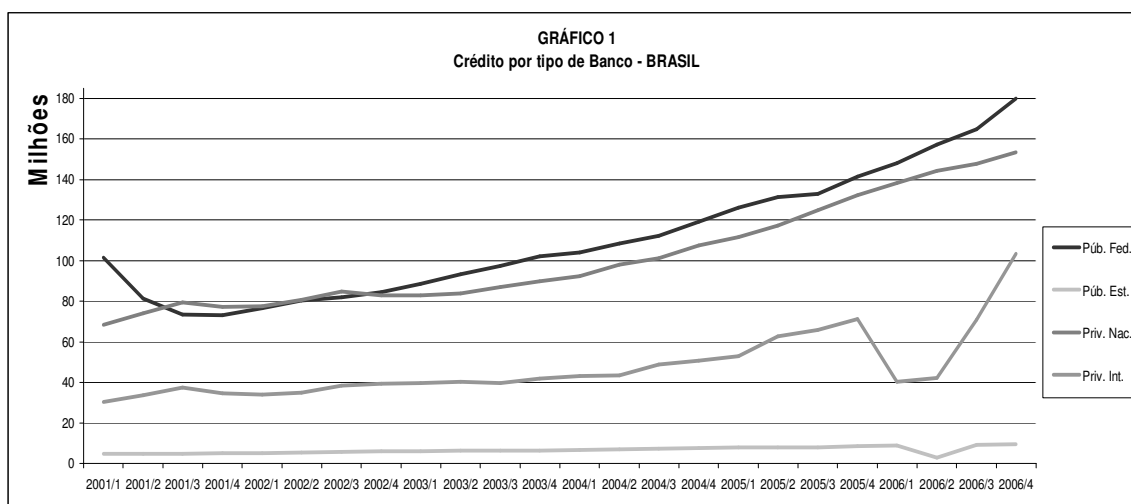
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN/IFT.

4.1. O Crédito no Brasil

Observa-se no Brasil uma grande elevação das operações de crédito entre os setores público e privado, variando de R\$ 319.808 milhões em Janeiro de 2001, para R\$ 1.227.418,16 milhões em Dezembro de 2008 (Boletim do Banco Central do Brasil, vários anos). Não obstante esta elevação, a oferta de crédito como percentual do PIB ainda é muito baixa. Conforme o Boletim do Banco Central, em Janeiro de 2009 encontrava-se em 41,23% do PIB, muito inferior aos países da OCDE, mesmo após a crise mundial que se iniciou em 2007.

Por outro lado, se comparados o total de depósitos dos 21 bancos estudados ao total de depósitos do sistema financeiro nacional (R\$ 794.071.573 milhões), verifica-se que os bancos analisados controlam, ao final do período, 67,53% dos depósitos, o que demonstra seu poder no SFB.

No gráfico 1 é então analisada a participação de cada um dos tipos de bancos estudados no crédito concedido no país, buscando assim identificar diferenças na atuação dos mesmos e, assim, inferir os maiores responsáveis pelo crescimento observado.



Fonte: Informações Financeiras Trimestrais (IFT) retiradas do site do Banco Central
OBS: 2006/2 - Os dados sobre o BERGS não foram disponibilizados para o período citado.
 2006/1 a 2006/3 - Os dados sobre o HSBC não foram disponibilizados para o período citado.

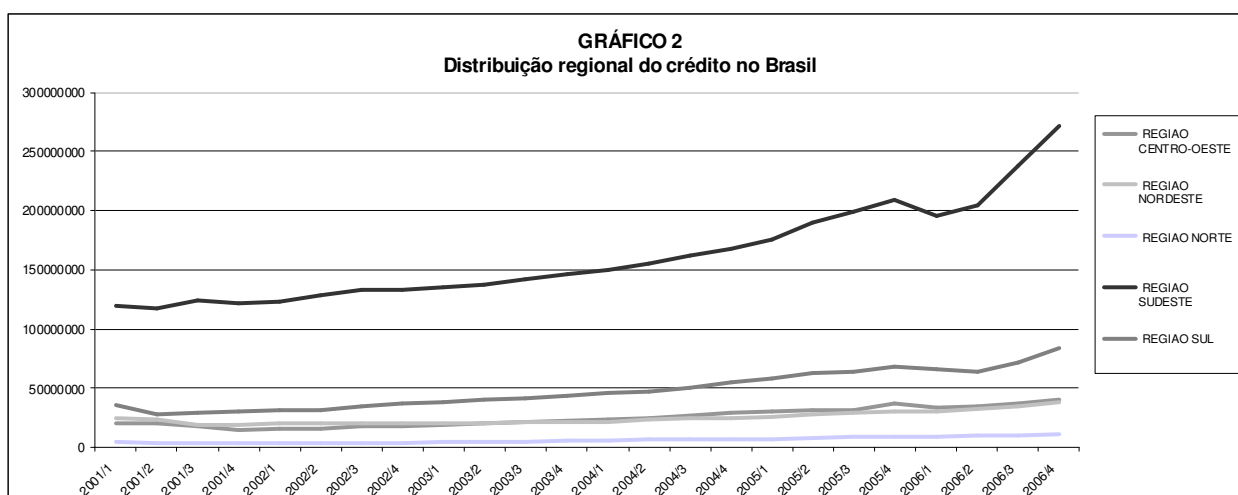
Os dados representados no gráfico 1 demonstram serem os bancos públicos federais e privados nacionais os principais responsáveis pelo incremento do crédito no período de 2001 a 2006. Em seguida vêm os bancos privados internacionais, com uma participação menos expressiva e, por fim, os bancos públicos estaduais, que mantiveram praticamente o mesmo nível de crédito.

Em valores percentuais, a participação de cada um dos tipos de banco no crédito no primeiro trimestre de 2001 foi respectivamente: 49,56%; 33,34%; 14,81%; e 2,29%. No último trimestre de 2006 essa participação é alterada para respectivamente: 40,32%; 34,38%; 23,18%; e 2,12%. Verifica-se, portanto, uma redução na participação dos bancos públicos nacionais frente a um elevado aumento da participação dos bancos privados internacionais. A participação dos bancos privados nacionais e públicos estaduais permaneceu praticamente a mesma, com um singelo aumento dos primeiros frente a uma leve queda da participação dos segundos, acompanhando o movimento histórico iniciado na década de 1990.

4.2. Distribuição Regional do Crédito

No item anterior foi constatado que o crédito vem crescendo no Brasil a despeito da elevada taxa de juros real. Contudo, isso não diz muito quanto à redução das desigualdades regionais no país, que é o foco do presente tópico.

Conforme observado no gráfico 2, o crédito no Brasil encontra-se ainda extremamente concentrado na região sudeste, mais uma vez corroborando a abordagem teórica previamente enfocada, que considera a economia numa dinâmica centro-periferia. Por ser mais desenvolvida, a região sudeste concentraria não só a maior parte da produção nacional, como também os escritórios centrais dos bancos e seus serviços especializados e sofisticados, com ativos de mais longo prazo, que facilitariam e impulsionariam o crédito nessa região em detrimento das regiões mais atrasadas, mais propensas a riscos de *default* por parte dos tomadores de empréstimos.



Fonte: Informações Financeiras Trimestrais (IFT) retiradas do site do Banco Central
OBS: 2006/2 - Os dados sobre o BERGS não foram disponibilizados para o período citado.
 2006/1 a 2006/3 - Os dados sobre o HSBC não foram disponibilizados para o período citado.

A região sul, com menos da metade do montante gerado na região sudeste, é a segunda mais favorecida pelo crédito, e em seguida nordeste e centro-oeste praticamente juntas, vindo a região norte em ultimo lugar. A participação percentual do crédito em cada uma das regiões é retratada na tabela a seguir.

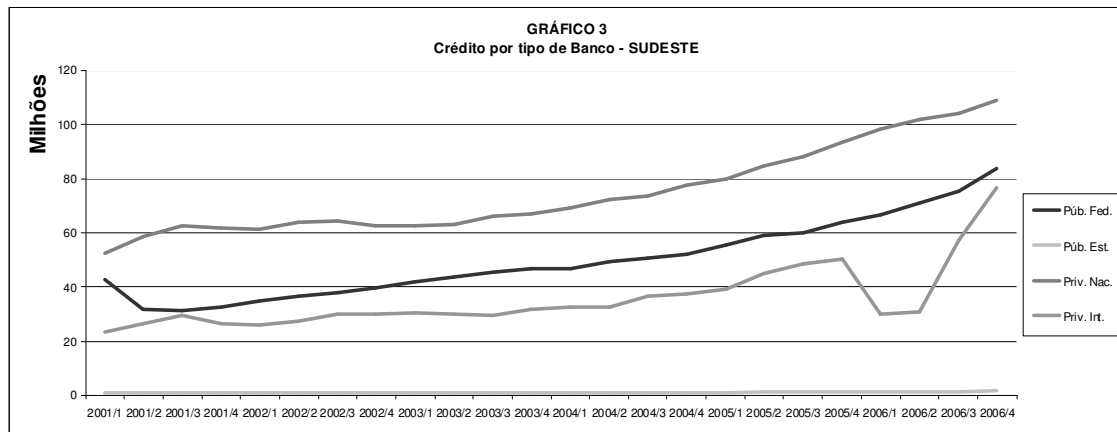
O que se verifica é a permanência do mesmo padrão de distribuição regional do crédito ao longo do período, havendo até mesmo uma piora na participação das regiões menos desenvolvidas, como Centro-Oeste e Nordeste. Apenas no Norte foi verificada uma pequena melhora na participação. Juntos Sudeste e Sul agregam 75,62% e 79,69% do crédito respectivamente para o primeiro trimestre de 2001 e o último de 2006, o que demonstra a extrema concentração de recursos financeiros no eixo Sul-Sudeste.

Tabela 4
Participação percentual de cada região no crédito total
disponibilizado pelos bancos analisados entre 2001 e 2006 (%)

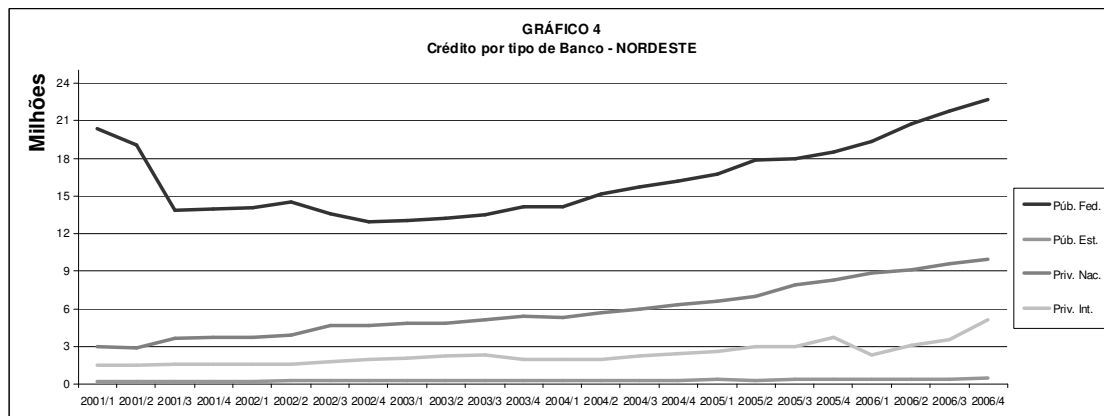
Período	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste
2001/1	0,17	0,58	0,02	0,12	0,10
2001/2	0,15	0,61	0,02	0,12	0,10
2001/3	0,15	0,64	0,02	0,10	0,09
2001/4	0,16	0,64	0,02	0,10	0,08
2002/1	0,16	0,64	0,02	0,10	0,08
2002/2	0,16	0,64	0,02	0,10	0,08
2002/3	0,17	0,63	0,02	0,10	0,08
2002/4	0,18	0,63	0,02	0,09	0,09
2003/1	0,18	0,62	0,02	0,09	0,09
2003/2	0,18	0,62	0,02	0,09	0,09
2003/3	0,18	0,61	0,02	0,09	0,09
2003/4	0,18	0,61	0,02	0,09	0,10
2004/1	0,19	0,61	0,02	0,09	0,10
2004/2	0,19	0,60	0,02	0,09	0,10
2004/3	0,19	0,60	0,02	0,09	0,10
2004/4	0,19	0,59	0,03	0,09	0,10
2005/1	0,19	0,59	0,03	0,09	0,10
2005/2	0,20	0,59	0,03	0,09	0,10
2005/3	0,19	0,60	0,03	0,09	0,10
2005/4	0,19	0,59	0,03	0,09	0,10
2006/1	0,20	0,58	0,03	0,09	0,10
2006/2	0,18	0,59	0,03	0,10	0,10
2006/3	0,18	0,61	0,03	0,09	0,09
2006/4	0,19	0,61	0,03	0,09	0,09

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN/IFT

Tendo isso em vista, é interessante analisar a composição do crédito regional segundo os tipos de bancos. No Centro-Oeste, no Norte e no Sul, a participação de cada tipo de bancos no crédito foi semelhante ao padrão nacional. A única diferença constatada foi que os bancos públicos federais se encontram mais isolados como principais fornecedores de crédito, estando os bancos privados nacionais mais distantes destes primeiros. Dessa forma, os casos mais interessantes a serem analisados são Sudeste e Nordeste.



Na região Sudeste os bancos privados nacionais se encontram como principais fornecedores de crédito. Em seguida, em níveis bem inferiores, estão os bancos públicos federais e privados internacionais. Os bancos públicos estaduais apresentam participação pífia na região. Por se tratar de uma região mais desenvolvida e com economia mais dinâmica, há menor preferência pela liquidez, maior otimismo e menores riscos inerentes ao investimento, de forma que o setor financeiro privado se encontra mais fortemente inserido na provisão de crédito.

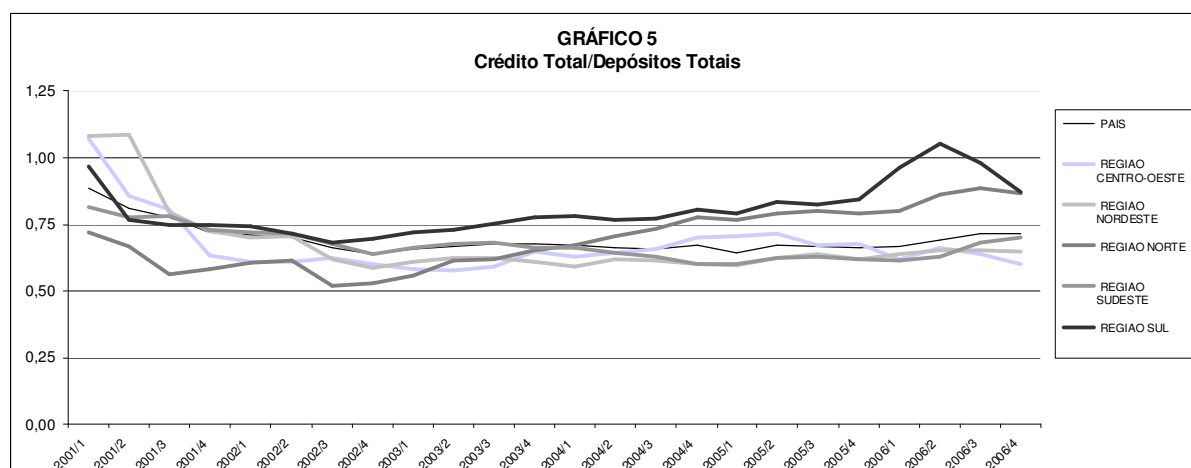


Na região Nordeste a situação é inversa. Sendo a economia pouco dinâmica, o setor financeiro pouco desenvolvido, e a preferência pela liquidez elevada, o otimismo dos agentes é baixo e o risco elevado. Os bancos públicos federais são os maiores responsáveis pelo crédito. Os bancos privados nacionais representam o segundo grupo que mais fornece crédito, enquanto a participação dos bancos internacionais é bastante reduzida, ainda que crescente – principalmente ao final do período analisado.

4.3. A disponibilidade de recursos por região

Buscando identificar a disponibilidade de recursos financeiros regionalmente, foi feita então uma análise das contas de depósitos dos diferentes tipos de banco, tendo como base a distribuição

regional tanto dos depósitos como do crédito fornecido. Foi criado um índice dado pela relação crédito/depósitos por região, conforme representado no gráfico 5.



Fonte: Informações Financeiras Trimestrais (IFT) retiradas do site do Banco Central
2006/2 - Os dados sobre o BERGS não foram disponibilizados para o período.
2006/1 a 2006/3 - Os dados sobre o HSBC não foram disponibilizados para o período.

Os valores encontrados demonstram relativa homogeneidade na relação crédito/depósitos nas diferentes regiões. Os dados mais interessantes são as elevações dos índices do Norte (indo de 0,52 no terceiro trimestre de 2002 para 0,87 no final de 2006) e do Sul (de 0,68 no terceiro trimestre de 2002 para 0,87 ao final de 2006). Sudeste e Sul, por sua vez, apresentaram queda: respectivamente de 0,81 para 0,70; e 0,97 para 0,87. É possível perceber no gráfico, contudo, dois momentos distintos: do primeiro trimestre de 2001 ao terceiro de 2002, marcado por uma queda generalizada no índice; e outro do quarto semestre de 2002 ao último de 2006, marcado por uma elevação do indicador. Os índices para cada um dos períodos estão nas tabelas 5 e 6.

TABELA 5
Índice Crédito/Depósitos por tipo de banco (2001 a 2002)

Região	Públicos Federais		Públicos Estaduais		Privados Nacionais		Privados Internacionais	
	1 trim. 2001	3 trim. 2002	1 trim. 2001	3 trim. 2002	1 trim. 2001	3 trim. 2002	1 trim. 2001	3 trim. 2002
Centro-Oes	1,00	0,53	0,72	0,55	1,51	1,08	1,77	1,31
Nordeste	1,15	0,65	0,16	0,07	0,87	0,70	1,69	1,18
Norte	0,70	0,46	0,47	0,23	0,84	0,67	0,94	0,84
Sudeste	0,55	0,40	0,65	0,56	0,98	0,81	1,59	1,31
Sul	0,88	0,55	0,53	0,63	1,72	1,09	1,04	0,66

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BACEN.

Como já referido, durante o período todos os bancos apresentaram queda no índice em todas as regiões, exceto os públicos estaduais para a região Sul. Essa queda geral pode ser explicada pelo aumento da incerteza fruto das eleições de 2002, o que pode ter feito os bancos reduzirem a relação entre o crédito e os recursos de depósitos disponíveis. Mesmo havendo aumento do valor bruto do crédito, a queda relativa confirma o aumento da preferência pela liquidez em situações de maior incerteza, indicando maior retenção de recursos por parte dos bancos como forma de se precaver no caso de um evento adverso. Pela semelhança no modo de atuação dos diferentes bancos, pode-se inferir também que a competição e o estado geral de expectativas os leva a atuar de forma semelhante.

TABELA 6
Índice Crédito/Depósitos por tipo de banco (2002 a 2006)

Região	Públicos Federais		Públicos Estaduais		Privados Nacionais		Privados Internacionais	
	4 trim. 2002	4 trim. 2006	4 trim. 2002	4 trim. 2006	4 trim. 2002	4 trim. 2006	4 trim. 2002	4 trim. 2006
Centro-Oes	0,50	0,47	0,59	0,40	1,07	1,53	1,41	1,21
Nordeste	0,61	0,61	0,08	0,12	0,65	0,76	1,14	0,97
Norte	0,47	0,85	0,31	0,26	0,57	1,04	0,97	0,91
Sudeste	0,41	0,56	0,53	0,46	0,74	0,72	1,18	0,91
Sul	0,60	0,89	0,62	0,60	1,00	1,36	0,68	0,63

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BACEN.

Já no segundo momento, no Centro-Oeste os principais responsáveis pela elevação do índice no período em questão foram os bancos privados nacionais (de 1,07 para 1,53). Os bancos públicos federais permaneceram praticamente no mesmo patamar, enquanto os públicos estaduais e privados internacionais demonstraram leve queda. É interessante ressaltar que apesar dos bancos privados terem menor volume de depósitos captados na região, e disponibilizarem menos crédito em termos brutos, observa-se que proporcionalmente aos depósitos os mesmos emprestam mais que os bancos públicos. Uma possível explicação para isso é o desenvolvimento da indústria agrícola na região.

Na região Nordeste, os bancos privados internacionais foram os únicos que apresentaram queda no índice (de 1,14 para 0,97). Bancos públicos federais e estaduais permaneceram no mesmo patamar, enquanto privados nacionais apresentaram leve aumento.

Já na região Norte foi observada uma expressiva elevação dos índices dos bancos públicos federais e privados nacionais (de 0,47 para 0,85; e 0,57 para 1,04). Bancos públicos estaduais e privados internacionais permaneceram com índice praticamente inalterado. Esse aumento mostra uma melhora da disponibilidade de recursos na região.

No Sudeste observou-se uma queda expressiva no índice dos bancos privados internacionais (de 1,18 para 0,91). Bancos privados nacionais permaneceram praticamente com o mesmo índice, enquanto foi observado um pequeno aumento por parte dos bancos públicos federais, compensado pela queda dos públicos estaduais. Isso demonstra que apesar da região sudeste ter sido onde o crédito apresentou maior aumento, esse aumento foi proporcionalmente menor que o aumento dos depósitos, o que indica uma menor propensão dos bancos a emprestar, ou ao menos um receio de aumentar proporcionalmente a oferta de crédito. Bancos públicos federais foram os únicos com aumento do índice.

No Sul os índices dos bancos públicos estaduais e privados internacionais permaneceram praticamente inalterados. Os índices dos bancos públicos federais e privados nacionais apresentaram aumentos consideráveis (respectivamente de 0,60 para 0,89; e 1,00 para 1,36). Tal resultado indica um quadro de expectativas mais favoráveis no Sul, visto não haver quedas expressivas nos índices.

Dessa forma, a região Norte foi a mais beneficiada com a evolução observada, seguida pelo Sul. No Sudeste, apesar da queda relativa por parte de alguns dos bancos, são verificados os maiores aumentos brutos, enquanto o Nordeste apresentou considerável piora, sendo o efeito

negativo dos bancos privados internacionais o predominante na região. O Centro-Oeste permaneceu no mesmo nível geral (tendo a mesma média de 0,9 no fim de 2002 e fim de 2006), posto que o aumento apresentado pelos bancos privados nacionais foi anulado pela queda dos públicos estaduais e privados internacionais.

O fim da trajetória de queda e a recuperação da maioria das regiões no segundo momento é fruto do crescimento econômico observado no período. Este, ainda que pouco expressivo, provocou melhora das expectativas econômicas e aumento do otimismo dos bancos e dos investidores, o que resultou no verificado aumento do crédito disponibilizado, mesmo em vista da manutenção do nível histórico de taxa de juros real.

4. Um estudo empírico

Conforme o referencial teórico apresentado nos capítulos anteriores, nesse estudo empírico busca-se avaliar os impactos da preferência pela liquidez de cada um dos tipos de bancos analisados sobre a oferta de crédito por região. O modelo estimado testa a relação entre a oferta de crédito e a preferência pela liquidez do público, dos bancos públicos federais, públicos estaduais, privados nacionais, privados internacionais, depósitos à vista, e número de agências.

Cavalcante, Crocco e Jayme Jr. (2006) estimam uma equação em *pooling* por mínimos quadrados ordinários (MQO) testando tal hipótese para o período de 1988 a 1999. No presente trabalho será desenvolvido um modelo de estimação para dados em painel, avaliando se a utilização de efeitos fixos ou aleatórios melhor estima o modelo em questão.

Conforme Wooldridge (2003), o modelo de dados em painel apresenta algumas vantagens sobre os modelos de cross-section ou series temporais. Trabalhar com múltiplas observações sobre a mesma unidade permite controlar certas características não observadas dos agentes estudados.

As variáveis trabalhadas se encontram em logaritmos para o conjunto das regiões i para o período 2001/2006. Buscando evitar problemas de multicolinearidade e endogeneidade típicos neste tipo de estimação foram regredidos três modelos. No primeiro o crédito (Crédito) é função da preferência pela liquidez do público (PLP) – variável de interesse –, dos depósitos à vista (DEPvista), e o número de agências bancárias em cada região (Agências⁵) – variáveis de controle. A variável agências bancárias é inserida na análise tanto para captar o acesso bancário em cada região, como ainda para representar uma *proxy* para a centralidade de cada região. Espera-se que regiões com maior centralidade possuam maior número de agências devido à presença de serviços mais especializados e maior dinamismo econômico.

⁵ Os dados de Agências Bancárias por regiões foram fornecidos pelo Laboratório de Estudos em Moeda e Território (LEMTe).

Maior centralidade, portanto, assim como maior acesso bancário, são fatores que colaboram positivamente para a concessão de crédito e inovação (CROCCO et al. 2007). No segundo modelo é retirada a PLP e inseridas a preferência pela liquidez dos bancos públicos federais (PLBpubFed), públicos estaduais (PLBpubEst), privados nacionais (PLBprivNac) e privados internacionais (PLBprivInt). No terceiro modelo a variável crédito é substituída pelo crédito concedido pelos bancos públicos estaduais, privados nacionais e internacionais, ou seja, excluindo-se o crédito concedido pelos bancos públicos federais (Crédito_sem_pubFed), e incluídas como variáveis explicativas a preferência pela liquidez dos bancos públicos federais (PLBpubFed) – variável de interesse –, dos depósitos à vista (DEPvista), e o número de agências bancárias em cada região (Agências) – variáveis de controle.

As equações estimadas serão as seguintes:

$$Crédito_{it} = \beta + \beta_1 PLP_{it} + \beta_2 DEPvista_{it} + \beta_3 Agências_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$Crédito_{it} = \beta + \beta_1 PLBpubEst_{it} + \beta_2 PLBpubFed_{it} + \beta_3 PLBprivNac_{it} + \beta_4 PLBprivInt_{it} + \beta_5 Agências_{it} + \beta_6 DEPvista_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

$$Crédito_sem_pubFed_{it} = \beta + \beta_1 DEPvista_{it} + \beta_2 PLBpubFed_{it} + \beta_3 Agências_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Dessa forma, as perguntas a serem respondidas por esses modelos são as seguintes: (i) A preferência pela liquidez do público influencia o montante total de crédito disponibilizado em cada região? (ii) A preferência pela liquidez de bancos públicos e privados exerce impacto diferenciado nas regiões? (iii) A preferência pela liquidez dos bancos públicos federais é capaz de influenciar o montante de crédito disponibilizado pelos demais bancos?

As bases de dados em painel apresentam múltiplas observações sobre as mesmas unidades econômicas, tendo tanto características de cross-sections como de séries temporais. Por isso, em uma amostra de dados em painel cada elemento possui o identificador de grupo i , e o indicador de tempo t .

Além das vantagens já previamente destacadas, os testes com dados em painel permitem ainda considerar a heterogeneidade individual, o que não é possível com *cross-sections* ou séries temporais, fazendo assim com que o modelo de painel apresente resultados mais informativos, com maior variabilidade, menor colinearidade entre as variáveis, maior grau de liberdade, e ainda mais eficiência para as estimativas. A diferença entre o modelo de efeitos fixos e o de efeitos aleatórios é que, enquanto o primeiro considera os efeitos não observados como correlacionados com as variáveis dentro de cada unidade – como no caso de fatores sócio-culturais de uma determinada região –, o modelo de efeitos aleatórios especifica o efeito individual como aleatório – como por exemplo o efeito de políticas públicas decididas em âmbito nacional –, portanto não correlacionado com as variáveis explicativas e nem com o termo de erro.

Para definir qual o melhor modelo a ser adotado, de efeitos fixos ou aleatórios, é necessária, porém, a execução de alguns testes: (i) o teste F testa a hipótese de heterogeneidade entre as informações; (ii) o teste LM de Breusch e Pagan também busca validar a hipótese de heterogeneidade entre as informações, sendo agora testada a variância individual (σ^2_i); (iii) enquanto os testes acima são utilizados para validar o uso da técnica econométrica de dados em painel, uma vez aceita a hipótese de que a estimação por painel é mais adequada, é preciso então definir qual a técnica apropriada para a estimação. O teste de Hausman permite confrontar os resultados dos modelos de efeitos fixos e efeitos aleatórios.

Com relação aos resultados apresentados, as Tabelas 7, 8 e 9 comparam os números obtidos na estimação do modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), buscando, com isso, evidenciar as vantagens da utilização do modelo de dados em painel. Por outro lado, são exibidos também os resultados tanto do modelo de Efeitos Fixos (FE) e de Efeitos Aleatórios (RE), ainda que a análise dos resultados se concentre no modelo indicado como mais adequado pelo teste de Hausman.

Na Tabela 7 a análise se concentrará nos resultados do modelo de Efeitos Fixos. Os testes F e LM rejeitam a hipótese de que não há variabilidade no termo de intercepto, ou seja, de que o modelo MQO é o mais adequado. O teste de Hausman indica que deve-se aceitar a hipótese nula de que o modelo de Efeitos Fixos apresenta estimadores mais consistentes e eficientes. Tal resultado indica a existência de fatores não observáveis ligados às especificidades regionais como aspectos históricos, culturais e sociais, que não variam no tempo e são correlacionados com as variáveis explicativas, fazendo com que as informações não sejam independentemente distribuídas.

Tabela 7

Teste 1: Crédito como função da PLP, Depósitos à vista, e Número de Agências

Log Crédito	MQO		FE		RE	
	Coef.	p> t	Coef.	p> t	Coef.	p> t
Log Dep. Vista	0,8407202	0,000	0,5149324	0,000	0,8344837	0,000
Log PLP	-0,1207035	0,091	-0,1510591	0,000	-0,135517	0,044
Log Agências	0,3757798	0,000	3,040486	0,000	0,3816469	0,000
constante	0,7106987	0,106	-14,75338	0,000	0,740131	0,093
Número de Obs:	120		120		120	
R2	0,9727		0,9602		0,987	
LM	238,48	Prob > X2	0,0000			
Hauman	54,05	Prob > X2	0,0000			
Teste F (3,112)	242,55	Prob > F	0,0000			

Fonte: Elaboração Própria

Os resultados desse primeiro teste estão de acordo com o esperado, mostrando que tanto a PLP como os depósitos à vista e o número de agências têm impacto positivo sobre o nível de crédito disponibilizado em cada estado. Como se pode observar, todas as variáveis se mostraram significativas a 5% de confiança. As variáveis apresentam os sinais esperados, tendo a PLP sinal negativo, pois quanto menor a preferência pela liquidez, maior a preferência do público por ativos de menor liquidez, portanto maior a demanda por crédito. A relação positiva do número de agência indica duas implicações: a de que o maior número de agências pode facilitar a captação de depósitos e a acessibilidade do público ao crédito; e a de que há com isso maior informação e oferta de

serviços e produtos mais sofisticados, uma vez que o número de agências pode ser utilizado como *proxy* para a centralidade.

Tabela 8
Teste 2: Crédito como função da Preferência pela liquidez dos bancos públicos e privados, Depósitos à vista, e Número de Agências

Log Crédito	MQO		FE		RE	
	Coef.	p> t	Coef.	p> t	Coef.	p> t
Log Dep. Vista	0,9770307	0,000	0,9681254	0,000	0,9770307	0,000
Log PLBprivNac	-0,2130083	0,000	-0,2322891	0,000	-0,2130083	0,000
Log PLBpubFed	-0,5885229	0,000	-0,6117562	0,000	-0,5885229	0,000
Log PLBprivInt	-0,0983050	0,000	-0,0958793	0,000	-0,0983050	0,000
Log PLBpubEst	-0,0180244	0,030	-0,0328450	0,062	-0,0180244	0,028
Log Agências	0,0877131	0,000	0,0594193	0,578	0,0877131	0,000
constante	-0,2073496	0,132	0,0927227	0,871	-0,2073496	0,129
Número de Obs:	120		120		120	
R2	0,9992		0,9995		0,9998	
LM	34,3 Prob > X2		0,0000			
Hauman	12,78 Prob > X2		0,0467			
Teste F (6,109)	2344,67 Prob > F		0,0000			

Fonte: Elaboração Própria

Nas Tabelas 8 e 9 encontram-se os números do segundo e do terceiro testes realizados. Mais uma vez os valores dos testes F e LM aceitam a hipótese de que o modelo de painel é mais adequado. O Teste de Hausman também aceita a hipótese de que o modelo de Efeitos Fixos é o mais adequado. Tal resultado indica novamente a existência de fatores não observáveis ligados às especificidades regionais que não variam no tempo e são correlacionados com as variáveis explicativas. Em relação à preferência pela liquidez dos bancos, em especial, a conjuntura econômica, o estado de expectativas, e a estratégia de crédito do banco dentro de cada região, podem ser fatores que geram tal constatação.

Tabela 9
Teste 3: Impacto da Preferência pela liquidez dos bancos Públicos Federais sobre o crédito dos bancos Privados e Públicos Estaduais

Log Crédito sem Pub. Fed	MQO		FE		RE	
	Coef.	p> t	Coef.	p> t	Coef.	p> t
Log Dep. Vista	1,0635480	0,000	0,8349020	0,000	1,0009700	0,000
Log PLBpubFed	-0,5535975	0,000	-0,2870037	0,000	-0,3901683	0,000
Log Agências	0,3648293	0,000	2,4313700	0,000	1,0363930	0,000
constante	-4,0774730	0,000	-16,0896300	0,000	-8,0746190	0,000
Número de Obs:	120		120		120	
R2	0,9718		0,9647		0,9733	
LM	849,01 Prob > X2		0,0000			
Hauman	32,5 Prob > X2		0,0000			
Teste F (3,116)	2490,17 Prob > F		0,0000			

Fonte: Elaboração Própria

As variáveis se mostraram significativas a 5% e com o sinal esperado. No segundo modelo apenas o número de agências se mostrou não significativo. As variáveis de preferência pela liquidez têm sinal negativo, posto que quanto menor seu nível, maior o crédito disponibilizado pelos bancos. Na Tabela 8, como se esperava, ao se comparar as magnitudes das variáveis de preferência pela liquidez, percebe-se que os bancos públicos federais são os que mais influenciam no montante de crédito disponibilizado, seguidos pelos bancos privados nacionais, privados internacionais, e por ultimo os públicos estaduais. Tal resultado segue a ordem de bancos que disponibilizam maior montante de crédito, o que mostra seu potencial de influenciar o mercado e de proporcionar maior crescimento. No terceiro modelo tal afirmativa é confirmada, ao se verificar que a preferência pela

liquidez dos bancos públicos federais influencia o crédito disponibilizado pelos demais bancos. Esta é a implicação mais importante observada nos modelos. Com as recentes fusões e aquisições observadas no SFB, é interessante a elaboração de estudos que analisem os impactos das mesmas.

5. Considerações finais

Os dados estudados ao longo desse trabalho corroboram a argumentação pós-keynesiana que enfatiza a importância da moeda e do crédito para o hiato de produto a nível regional. Seguindo esse referencial teórico, o aumento do crédito no Brasil reflete o crescimento do país durante o período. Ainda que este não tenha tido a magnitude desejada, o crescimento das exportações e a maior atividade econômica possivelmente aumentaram o otimismo quanto à melhora do desempenho da economia, motivando os bancos a expandirem o crédito em todo o país e induzindo sua demanda. Contudo, os dados demonstram que, apesar de ter mantido constante crescimento, o crédito cresceu proporcionalmente menos do que os depósitos, indicando certa retenção de recursos por parte dos bancos. Os dados evidenciam ainda o problema da concentração financeira e econômica no Brasil, e indicam que, apesar do crédito ter se elevado em todas as macro-regiões, o aumento foi consideravelmente maior nas mais desenvolvidas, como Sul e Sudeste (no último semestre de 2006, a soma do crédito de Sul e Sudeste representa 79,69% do crédito total dos 21 bancos estudados).

Os testes econométricos desenvolvidos, por sua vez, demonstram que a preferência pela liquidez, tanto dos bancos como do público, influenciam no montante de crédito disponibilizado por região, corroborando o referencial teórico discutido ao longo do texto. Além disso, os testes indicam que os bancos públicos federais são os que possuem maior influência sobre o crédito. Tal resultado demonstra o poder detido pelos mesmos, e mais ainda, a capacidade do setor público em liderar o processo de desenvolvimento regional, conforme descrito no decorrer desse trabalho. No atual contexto de crise, e tendo em vista também o recente processo de expansão da atuação dos bancos públicos federais e incorporação de bancos públicos estaduais pelos mesmos, é possível interpretar que o governo está agindo de forma a aumentar sua influência no setor financeiro da economia, facilitando assim políticas que possam incentivar o crescimento e evitar o aprofundamento da crise.

Com relação à participação dos bancos no total do crédito, observou-se que bancos públicos federais e privados nacionais evoluem praticamente juntos. Os bancos privados internacionais vêm em seguida e, bem abaixo, os públicos estaduais. Observando as inclinações das curvas, percebe-se que as decisões dos bancos quanto ao montante total de crédito disponibilizado são similares, acompanhando a mesma tendência, o que indica certa convergência de comportamentos. Somente os bancos públicos estaduais fogem a essa regra, mantendo o mesmo nível de crédito.

Sobre a relação crédito/depósitos entre os últimos trimestres de 2002 e 2006, os bancos públicos federais e estaduais apresentaram menores índices, o que indica maior presença relativa dos bancos privados nacionais e internacionais no crédito. Apesar de serem os bancos que fornecem maior montante de crédito, os bancos públicos são também os que possuem maior captação de depósitos. Uma possível explicação para a menor relação crédito/depósitos dos bancos públicos é o gerenciamento de risco, uma vez que os mesmos mantêm atuação menos concentrada e ocupam nichos mais arriscados. Isso indica, em certa medida, a possibilidade de que se eleve o crédito por eles concedido. Seria interessante um estudo mais aprofundado dessa questão em pesquisas futuras.

Através da distribuição absoluta do crédito constatou-se uma forte concentração da atuação dos bancos privados no Sudeste e Sul (no último semestre de 2006 o crédito do Sudeste representava 72,34% do crédito total dos bancos privados). Os privados nacionais se encontram em uma posição intermediária, se aproximando mais dos bancos públicos federais, especialmente no Nordeste. No Sudeste estes bancos são os que mais fornecem crédito. Já os bancos públicos federais são aqueles que apresentam maior desconcentração, com dados acima da média dos bancos nas regiões atrasadas, e inferiores nas regiões mais desenvolvidas.

Verifica-se assim a necessidade de incentivar a elevação do nível de crédito dos bancos privados nacionais e internacionais nas regiões mais atrasadas, de forma a promover maior desconcentração do crédito. O resultado mais importante observado foi a constatação de que a preferência pela liquidez dos bancos públicos federais influencia o montante de crédito disponibilizado pelos demais bancos, mostrando assim o potencial dos mesmos em liderar o processo de desenvolvimento regional, utilizando-se de políticas que busquem incentivar o crédito dos bancos privados no país, e especialmente nas regiões mais atrasadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, E. 2005. **Inadequacy of technology and Innovation Systems at the Periphery: notes on Celso Furtado's contributions for a dialogue between evolutionists and structuralists.** Texto para discussão 254, Cedeplar. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20254.pdf>. Acesso em: 17 julho 2007.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. 2005. Proposta de Desenvolvimento para o Brasil. In: SICSÚ, J.; DE PAULA, Luis F.; MICHEL, R. (Organizadores). **Novo-Desenvolvimentismo: um projeto de desenvolvimento com equidade social.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 133-144.
- CARVALHO, Fernando J. 2005. O Sistema Financeiro Brasileiro: a modernização necessária. In: SICSÚ, J.; DE PAULA, Luis F.; MICHEL, R. (Organizadores). **Novo-Desenvolvimentismo: um projeto de desenvolvimento com equidade social.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 329-46.
- CAVALCANTE, A.; CROCCO, M.; JAYME JR., F. 2006. Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional, In: CROCCO, M.; JAYME JR., F. **Moeda e**

Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira, Belo Horizonte: Autêntica, p.295-315.

- CHICK, V. 2006. Bancos e regiões: algumas lições da experiência européia, In: CROCCO, M.; JAYME JR., F. **Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**, Belo Horizonte: Autêntica, p.79-92.
- CROCCO, M.; CAVALCANTE, A.; CASTRO, C. 2005. The behavior of Liquidity Preference of banks and public and regional development: the case of Brasil, **Journal of Post Keynesian Economics**, vol.28, n.2, p.217-40.
- CROCCO, Marco; ALBUQUERQUE, E. M.; CAVALCANTE, A. T. M.; BRITO, Matheus Alves de. 2007. Patentes e Sistemas Financeiros: Um Estudo Exploratório Para O Brasil. In: Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo. **Anais do XII Encontro Nacional de Economia Política**.
- DOW, S. C. 1982. The Regional Composition of the Bank Multiplier Process. In: DOW, S. C. (ed.), **Money and the Economic Process**. Aldershot: Eglar.
- DOW, S. C. 1987. The Treatment of Money in Regional Economics. In: DOW, S. C. (ed.), **Money and the Economic Process**. Aldershot: Eglar.
- DOW, S.; RODRÍGUES-FUENTES, C. 1997. Regional Finance: a survey. **Regional Studies**, vol. 31, n.9, p.903-920.
- DOW, S.; RODRÍGUEZ-FUENTES, C. 2006. Um “survey” da literatura de finanças regionais, In: CROCCO, M.; JAYME JR., F. **Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**, Belo Horizonte: Autêntica, p.39-75.
- FURTADO, C. 1983. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural.
- KEYNES, J. M. 1982. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, Karl. 2003. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol.3.
- MATHIESON, D. e ROLDOS, J. 2001. Foreign Banks in Emerging Markets. In: LITAN, R.; MASSON, P.; POMERLEANO, M. (Eds.) **Open doors: foreign participation in financial systems in developing countries**. Washington, DC: Brookings, Cap. 2, p. 15-55.
- MYRDAL, G. 1957. **Economic Theory and Under-Developed Regions**. London: Gerald Duckworth.
- PUGA, Fernando Pimentel. 1999. **Sistema financeiro brasileiro - reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade a crise cambial**. Rio de Janeiro: BNDES, Textos para discussão 68. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/Td-68.pdf>. Acesso em: 19 agosto 2007.
- RICHARDSON, H. W. 1973. **Regional Growth Theory**. MacMillan, London.
- RODRÍGUES-FUENTES, C. J. 1998. Credit Availability and Regional Development. **Papers in Regional Science**, v. 77, 1, p.63-75.
- SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- WOOLDRIDGE, Jeffrey M. 2001. **Econometrics Analysis of Cross-Section and Panel Data**. MIT Press 776 p.